

PODER E VIOLÊNCIA (*)

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

O livro do Professor César Barreira busca entender o processo de mudança nas relações políticas no sertão. Para tal, privilegia o exame interno desse processo, isto é, a análise do cotidiano das relações sociais entre proprietários e camponeses. Estuda, enfim, o espaço de contestação ou resistência camponesa, à luz das transformações gestadas pela penetração do capitalismo no campo brasileiro, a partir da década de setenta.

Essas transformações visibilizam-se no processo de expulsão dos camponeses das fazendas, aliado ao processo de pecuarização. Para o Professor César, este processo representa a “adequação das relações sociais entre proprietários e camponeses à racionalidade e lógica capitalista”.

Esta “adequação”, por sua vez, pressupõe uma série de rupturas na cultura sertaneja, que modificam as bases de dominação tradicional que se reproduzia, secularmente, calcada nas relações de dependência e pela estrutura de favor e lealdade que ambientavam o relacionamento entre proprietários e camponeses, baseados no trato e caráter pessoal desta relação.

O fim do caráter pessoal em que tradicionalmente se revestia o modo de dominação e a estrutura de poder, pelo caráter impessoal das relações capitalistas, quebram o código cultural, desorganizando valores, até então, considerados “naturais”, e essa adequação, que se viabiliza em quebra dos “códigos” do sertão, desajusta as relações sociais de dominação e atingem, ou melhor, não poupam, proprietários ou camponeses. A formalização de novos códigos culturais de dominação, mais adequados à lógica capitalista, dá visibilidade, então, aos conflitos inerentes aos ajustes do modo de dominação vigente.

(*) BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

O professor César deixa claro que a resistência camponesa não é nova, não é produto dessas novas relações de dominação. Discute, assim, a política da ação quotidiana dos trabalhadores, afastando-se das dicotomias que até então ajudavam a naturalização dos códigos de sujeição da dominação tradicional, e que classificavam como pré-políticas as resistências quotidianas e as utopias camponesas. Nesse sentido, afirma que o campesinato sempre resistiu à sujeição imposta pelos proprietários.

Mostra, porém, que essa resistência, por estar submersa no pessoal da relação que envolvia esses proprietários e camponeses, na maior parte das vezes se perdia no interior de um espaço privado, mediatizada pela estrutura de favor e lealdade, invisibilando, assim, a luta comum contra a sujeição, o que possibilitava torná-la "natural", na medida que se buscava personalizá-la enquanto espaço individual de ação. O que permitia, assim, caracterizar as lutas e resistências quotidianas como atos de insubordinação pessoal, e nesse sentido, transfigurá-las enquanto (des)lealdade, de quebra de honra ou de compromisso deslocando o seu lado político de ação e naturalizando-as enquanto banditismo ou ações messiânicas.

Ao afirmar a política na ação dos camponeses no quotidiano das relações de dominação tradicional, o prof. César amplia o significado de sujeito da história, imputando às ações humanas o construir societário. Por outro lado, afirma, também, que a adequação às práticas exigidas pela expansão e redefinições do capitalismo no campo, ampliou o espaço público de resistência camponesa e, nesse sentido, proporcionou a quebra do "naturalismo" com que se revestia o espaço e os modos de dominação no sertão, subvertendo a própria lógica dessa dominação pela emergência dos atores (camponeses e proprietários) ao quotidiano da esfera pública.

O que traz, como consequência dessa desnaturalização, o questionamento do espaço privado onde se regia a dominação tradicional, e a presença de mediadores sociais a cada momento da relação de dominação gestada pelas novas regras em processo de adequação.

A ampliação do espaço público onde se gesta e se vive as novas práticas de dominação desestabiliza a estrutura clientelista tradicional, ao impessoalizar as ações dos atores em relação, impondo novos códigos e práticas de conduta. A resistência quotidiana dos camponeses (des) comprometida com a lógica do favor e da lealdade tradicional, se apresenta, a partir de então, ao público, como luta por direitos, não pessoais, mas sociais, isto é, regidos por códigos que ultrapassam a propriedade e o mando do proprietário.

Nesse sentido, para os próprios camponeses, o público da sua resistência, mesmo que individualmente realizada, transfigura sua ação e sua própria compreensão dessa ação, modifica o caráter de sua inserção no social pautada agora pela construção de uma identidade frente a diversidade de atores e ações

políticas que pautam este social. O retiram do isolamento que possibilitava a construção "natural" de sua resistência no interior de uma lógica do favor, e o fazem impor-se socialmente como força política visibilizando-se como atores, e tornando sua resistência em luta pela cidadania, pelo seu reconhecimento no espaço público como cidadãos, possuidores de direitos, como indivíduos que possuem uma identidade camponesa, que os especifica enquanto atores, mas também os igualizam com a diversidade de atores que compõem o social, ou uma formação social específica, enquanto **sujeitos políticos**: portadores de projetos, de aspirações, de um **ethos** próprio, mas, e principalmente, de um espaço público de reconhecimento onde possam exercer-se como cidadãos. Construir-se quotidianamente como cidadãos que lutam por direitos: regras de conduta que garantam sua reprodução social como indivíduos políticos plenos.

A visibilidade da resistência camponesa como **luta por direitos**, como **luta pela cidadania**, por outro lado, ao quebrar o espaço de sujeição tradicional, mesmo que motivado pelas redefinições das práticas capitalistas no campo, - e definido, inicialmente, pelos próprios códigos tradicionais que pautavam a existência da dominação vigente, como o "rompimento" do favor e da lealdade ao proprietário pela ameaça ou efetivação de expulsão da propriedade, por exemplo -, modifica, também, o próprio conteúdo da dominação, gerando insegurança nos proprietários que passam a encarar a luta pelos direitos como deslealdade do camponês "de favor". Embora busquem executar uma adequação das relações econômicas capitalistas para as suas propriedades os proprietários ainda visualizam os códigos do sertão como tradicionalmente se deram. E assimilam à resistência camponesa, também, a (des)lealdade, a quebra do compromisso tradicional.

Passam a temer o novo homem que emerge naquele que luta por direitos, a não reconhecer nele o camponês "de favor" e sentem "saudades" e idealizam o passado da sujeição que não mais é, ou pelo menos que anda reconstruindo os códigos de conduta camponesa. Ao idealizarem o passado como momento ideal de dominação, buscam assegurá-lo pelo uso indiscriminado da violência, pelo respeito à força bruta.

O que não deixa de ser, também, comum, ou natural ao sistema de dominação tradicional rompido e em adequação às novas práticas capitalistas, porém, diferente do modo de dominação tradicional, onde a **violência** aparecia mesclada ao favor, a uma política de **compadrio** que gestavam e davam segurança a ambas as partes (proprietários e camponeses), agora, ela, a violência, aparece em sua forma mais pura, onde o uso da força passa a ser o controle possível e, portanto, indiscriminado e ameaçador.

Para o Professor César, nesse sentido, no quadro atual da violência permanente e contínua, como forma de sujeição camponesa na idealização do passado do coronel, em bases econômicas redefinidas pela expansão capitalista

O professor César deixa claro que a resistência camponesa não é nova, não é produto dessas novas relações de dominação. Discute, assim, a política da ação quotidiana dos trabalhadores, afastando-se das dicotomias que até então ajudavam a naturalização dos códigos de sujeição da dominação tradicional, e que classificavam como pré-políticas as resistências quotidianas e as utopias camponesas. Nesse sentido, afirma que o campesinato sempre resistiu à sujeição imposta pelos proprietários.

Mostra, porém, que essa resistência, por estar submersa no pessoal da relação que envolvia esses proprietários e camponeses, na maior parte das vezes se perdia no interior de um espaço privado, mediatizada pela estrutura de favor e lealdade, invisibilando, assim, a luta comum contra a sujeição, o que possibilitava torná-la "natural", na medida que se buscava personalizá-la enquanto espaço individual de ação. O que permitia, assim, caracterizar as lutas e resistências quotidianas como atos de insubordinação pessoal, e nesse sentido, transfigurá-las enquanto (des)lealdade, de quebra de honra ou de compromisso deslocando o seu lado político de ação e naturalizando-as enquanto banditismo ou ações messiânicas.

Ao afirmar a política na ação dos camponeses no quotidiano das relações de dominação tradicional, o prof. César amplia o significado de sujeito da história, imputando às ações humanas o construir societário. Por outro lado, afirma, também, que a adequação às práticas exigidas pela expansão e redefinições do capitalismo no campo, ampliou o espaço público de resistência camponesa e, nesse sentido, proporcionou a quebra do "naturalismo" com que se revestia o espaço e os modos de dominação no sertão, subvertendo a própria lógica dessa dominação pela emergência dos atores (camponeses e proprietários) ao quotidiano da esfera pública.

O que traz, como consequência dessa desnaturalização, o questionamento do espaço privado onde se regia a dominação tradicional, e a presença de mediadores sociais a cada momento da relação de dominação gestada pelas novas regras em processo de adequação.

A ampliação do espaço público onde se gesta e se vive as novas práticas de dominação desestabiliza a estrutura clientelista tradicional, ao impessoalizar as ações dos atores em relação, impondo novos códigos e práticas de conduta. A resistência quotidiana dos camponeses (des) comprometida com a lógica do favor e da lealdade tradicional, se apresenta, a partir de então, ao público, como luta por direitos, não pessoais, mas sociais, isto é, regidos por códigos que ultrapassam a propriedade e o mando do proprietário.

Nesse sentido, para os próprios camponeses, o público da sua resistência, mesmo que individualmente realizada, transfigura sua ação e sua própria compreensão dessa ação, modifica o caráter de sua inserção no social pautada agora pela construção de uma identidade frente a diversidade de atores e ações

políticas que pautam este social. O retiram do isolamento que possibilitava a construção "natural" de sua resistência no interior de uma lógica do favor, e o fazem impor-se socialmente como força política visibilizando-se como atores, e tornando sua resistência em luta pela cidadania, pelo seu reconhecimento no espaço público como cidadãos, possuidores de direitos, como indivíduos que possuem uma identidade camponesa, que os especifica enquanto atores, mas também os igualizam com a diversidade de atores que compõem o social, ou uma formação social específica, enquanto **sujeitos políticos**: portadores de projetos, de aspirações, de um **ethos** próprio, mas, e principalmente, de um espaço público de reconhecimento onde possam exercer-se como cidadãos. Construir-se quotidianamente como cidadãos que lutam por direitos: regras de conduta que garantam sua reprodução social como indivíduos políticos plenos.

A visibilidade da resistência camponesa como **luta por direitos**, como **luta pela cidadania**, por outro lado, ao quebrar o espaço de sujeição tradicional, mesmo que motivado pelas redefinições das práticas capitalistas no campo, - e definido, inicialmente, pelos próprios códigos tradicionais que pautavam a existência da dominação vigente, como o "rompimento" do favor e da lealdade ao proprietário pela ameaça ou efetivação de expulsão da propriedade, por exemplo -, modifica, também, o próprio conteúdo da dominação, gerando insegurança nos proprietários que passam a encarar a luta pelos direitos como deslealdade do camponês "de favor". Embora busquem executar uma adequação das relações econômicas capitalistas para as suas propriedades os proprietários ainda visualizam os códigos do sertão como tradicionalmente se deram. E assimilam à resistência camponesa, também, a (des)lealdade, a quebra do compromisso tradicional.

Passam a temer o novo homem que emerge naquele que luta por direitos, a não reconhecer nele o camponês "de favor" e sentem "saudades" e idealizam o passado da sujeição que não mais é, ou pelo menos que anda reconstruindo os códigos de conduta camponesa. Ao idealizarem o passado como momento ideal de dominação, buscam assegurá-lo pelo uso indiscriminado da violência, pelo respeito à força bruta.

O que não deixa de ser, também, comum, ou natural ao sistema de dominação tradicional rompido e em adequação às novas práticas capitalistas, porém, diferente do modo de dominação tradicional, onde a **violência** aparecia mesclada ao favor, a uma política de **compadrio** que gestavam e davam segurança a ambas as partes (proprietários e camponeses), agora, ela, a violência, aparece em sua forma mais pura, onde o uso da força passa a ser o controle possível e, portanto, indiscriminado e ameaçador.

Para o Professor César, nesse sentido, no quadro atual da violência permanente e contínua, como forma de sujeição camponesa na idealização do passado do coronel, em bases econômicas redefinidas pela expansão capitalista

no campo, se modifica, também, o próprio caráter e personalidade do executor direto da ação violenta: deixa de ser o "jagunço" e passa a ser o "pistoleiro profissional". O que, também, personifica a mudança na estrutura de poder no sertão: o "jagunço" estava vinculado ao proprietário pela mediação da estrutura de favor, de proteção, e, nesse sentido, era "homem" do coronel. O "pistoleiro profissional", se ainda depende em alguma instância da "proteção" do proprietário, cada vez mais sua ação vem motivada, principalmente, por uma boa recompensa.

O "pistoleiro profissional" mescla bem essa passagem das relações pessoais do sertão, para relações impessoais, mais individualizadas. Clarifica os pressupostos de continuidade do sistema de dominação, baseados numa sujeição pela força bruta, mas ao mesmo tempo qualifica as rupturas nesse mesmo sistema, onde os mecanismos de controle baseados na dependência pessoal deixam de existir, ou se enfraquecem a tal ponto que a própria violência e seus executores também se individualizam, e como atores específicos se relacionam com os proprietários e se institucionalizam enquanto "sindicatos da morte" ganhando dimensão interestadual e, às vezes, nacional. Deixam de ser controlados pelo proprietário ou coronel específico e fazem parte de relações mais amplas e de redes de informações e controle de fora da estrutura de favor e de poder local.

O jogo político proporcionado pelas adequações da estrutura de poder no sertão à expansão do capitalismo no campo, modifica, assim, proprietários e camponeses com atores e identidades políticas. Modificam, inclusive, o próprio conteúdo das lutas e estratégias camponesas, bem como do **mando** ou da estrutura de dominação em mãos dos proprietários.

O reconhecimento do movimento camponês, da resistência camponesa pelo espaço público possibilita a ação de mediadores que ampliam o significado político das lutas e a inserem no social, - enquanto conjunto de leis que tornam possíveis a convivência de uma diversidade de **ethos** políticos, econômicos e sociais - , em nível local e nacional. A onipotência dos proprietários do sertão é confrontada, assim, pela resistência do camponês e pela ação camponesa, mediatizada pela existência de um sindicato, de um arsenal jurídico, e por atores que se qualificam, como próximos do camponês, como a Igreja e partidos políticos.

Como informa o professor César: nessas novas configurações, a "intimidade" do mundo rural vem a público. E ao vir a público transforma a resistência privada em luta por direitos. Uma luta pela legitimidade de suas ações, pelo cumprimento da legislação agrária e pela modificação ou ampliação dos pontos obscuros ou comprometedores à sobrevivência do camponês como cidadão.

O poder então, complexifica-se, não se restringe mais à figura do grande proprietário que passa, também, a movimentar-se em associações patronais

contra a emergência do movimento camponês. A eleger novas formas de pressão, além da violência pura para poder expressar-se publicamente.

Os proprietários, assim, também, se modernizam, e pelo menos em seus discursos públicos, já incorporam a inclusão dos direitos dos camponeses, de um espaço de contestação possível, no interior da legislação em vigor. Mesmo, quando lêem o caráter legal da ação camponesa com os olhos voltados para a manutenção dos velhos interesses.

Nesse sentido, o Professor César pergunta se é possível falar da construção de "uma nova ordem política" no sertão. E responde que sim, **restringindo** o alcance de sua resposta à modificação da imagem pública do camponês acomodado, submisso e passivo, pelo processo de constituição de uma identidade política na luta pela cidadania.

Ressalta, enfim, a percepção que o camponês tem dos limites de suas ações, ainda calcadas numa prática de dependência, de exclusão e arbitrio. O que leva a entender as modificações em curso, nas imagens e ações do campesinato, como um comportamento político possível que funciona como **experiência acumulada** no seu fazer-se político como cidadãos plenos.

O livro do Professor César, assim para finalizar, ao contrapor as mudanças introduzidas no sertão pela expansão capitalista no campo, aos códigos de dominação vigentes, faz uma análise original da questão do poder em nível local, sobretudo, e no Brasil. Embora tenha o sertão cearense como objeto de análise, o livro ultrapassa as barreiras locais e torna-se um importante documento para a análise do processo de formação e consolidação da estrutura autoritária brasileira, e da confecção de um ser cidadão no Brasil. Cidadania invertida baseada no arbítrio e na exclusão sistemática das populações pobres urbanas e rurais do país.

contra a emergência do movimento camponês. A eleger novas formas de pressão, além da violência pura para poder expressar-se publicamente.

Os proprietários, assim, também, se modernizam, e pelo menos em seus discursos públicos, já incorporam a inclusão dos direitos dos camponeses, de um espaço de contestação possível, no interior da legislação em vigor. Mesmo, quando lêem o caráter legal da ação camponesa com os olhos voltados para a manutenção dos velhos interesses.

Nesse sentido, o Professor César pergunta se é possível falar da construção de "uma nova ordem política" no sertão. E responde que sim, **restringindo** o alcance de sua resposta à modificação da imagem pública do camponês acomodado, submisso e passivo, pelo processo de constituição de uma identidade política na luta pela cidadania.

Ressalta, enfim, a percepção que o camponês tem dos limites de suas ações, ainda calcadas numa prática de dependência, de exclusão e arbítrio. O que leva a entender as modificações em curso, nas imagens e ações do camponês, como um comportamento político possível que funciona como **experiência acumulada** no seu fazer-se político como cidadãos plenos.

O livro do Professor César, assim para finalizar, ao contrapor as mudanças introduzidas no sertão pela expansão capitalista no campo, aos códigos de dominação vigentes, faz uma análise original da questão do poder em nível local, sobretudo, e no Brasil. Embora tenha o sertão cearense como objeto de análise, o livro ultrapassa as barreiras locais e torna-se um importante documento para a análise do processo de formação e consolidação da estrutura autoritária brasileira, e da confecção de um ser cidadão no Brasil. Cidadania invertida baseada no arbítrio e na exclusão sistemática das populações pobres urbanas e rurais do país.